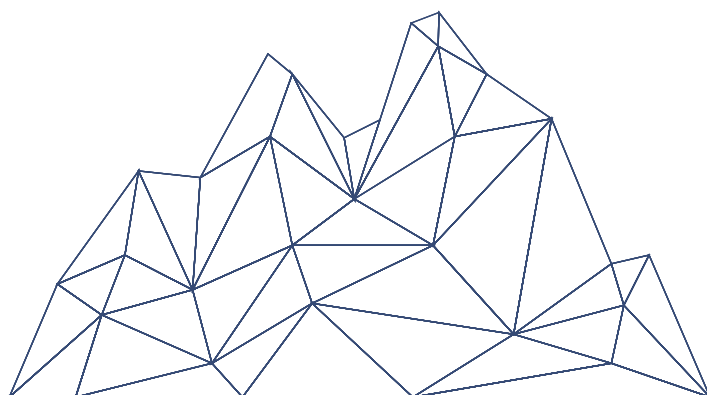


Relatório Anual de Informações

A JUSPREV É MUITO MAIS DO QUE VOCÊ IMAGINA

2016

Relatório Anual de Informações



A JUSPREV É FORMADA POR 56 INSTITUIDORAS
E JÁ SOMOS QUASE TRÊS MIL PARTICIPANTES.
TEMOS 150 MILHÕES DE REAIS EM ATIVOS
ADMINISTRADOS E UMA
RENTABILIDADE QUE CORRESPONDE
ÀS MELHORES EXPECTATIVAS
DO MERCADO:
13,48% EM
2016.

2 0 1 6

EQUIPE

Deborah Maggio
GERÊNCIA

Solange Stelle
INSTITUCIONAL

Glauca Murça
RELACIONAMENTO

Adriano Gomes
COMUNICAÇÃO

Allan Nogueira
INVESTIMENTOS E FINANCEIRO

Fabiano Bonifacio
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Leandro Kormann
OPERACIONAL

Jessyca da Silva
INSTITUCIONAL E FINANCEIRO

Alexandre dos Santos
Carolina Dutra
CONSULTORES

Patricia Traldi
ADMINISTRATIVO

PROJETO GRÁFICO
Cassiano Tabalipa

ÍNDICE

4 DESTAQUES 2016

5 PERSPECTIVAS 2017

6 JUSPREV EM NÚMEROS

- 6 PARTICIPANTES ATIVOS
- 6 EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO
- 7 APORTES
- 7 PORTABILIDADES

8 RELATÓRIO SOBRE INVESTIMENTOS

- 8 ALOCAÇÃO POR SEGMENTO
- 8 RELATÓRIO PREVIDENCIÁRIO
- 8 CENÁRIO MACROECONÔMICO
- 9 ENQUADRAMENTO RESOLUÇÃO Nº 3.792
- 10 RELATÓRIO BRAM
- 12 RELATÓRIO SULAMÉRICA

13 RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

- 13 INTRODUÇÃO
- 14 PLANO DE BENEFÍCIOS
- 14 ALOCAÇÃO DE RECURSOS E LIMITES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO
- 15 ÍNDICES DE REFERÊNCIA
- 15 METAS DE RENTABILIDADE
- 15 RESTRIÇÕES
- 15 AVALIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS
- 16 NOVOS INVESTIMENTOS
- 16 INVESTIMENTOS COM RISCO DE CRÉDITO
- 16 INVESTIMENTOS NO EXTERIOR
- 17 MONITORAMENTO DOS INVESTIMENTOS
- 17 OPERAÇÕES COM DERIVATIVOS
- 17 PROCESSOS DE CONTROLE DE RISCOS
- 17 CONTRATAÇÃO DE AGENTES FIDUCIÁRIOS
- 18 DESENQUADRAMENTOS
- 18 DISPOSIÇÕES GERAIS

19 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- 19 BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
- 19 DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL
- 20 DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS
- 20 DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS
- 21 DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADA)
- 21 DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

22 PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

- 22 OBJETIVO
- 22 BASE CADASTRAL
- 22 HIPÓTESES ATUARIAIS
- 23 RESULTADOS ATUARIAIS
- 24 PLANO DE CONTAS CONTÁBIL
- 25 PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES
- 28 PARECER DO CONSELHO FISCAL
- 28 MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO
- 29 ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS
- 30 COLÉGIO DE INSTITUIDORAS

MENSAGEM DA DIRETORIA

Apesar do mantra entoado em 2016, em que a palavra crise aparecia em quase todas as frases formuladas sobre a economia brasileira, e em um cenário de inflação de 6,29% a.a., a JUSPREV fechou o ano com resultados altamente positivos: crescimento patrimonial de 26% e rentabilidade de 13,48% — acima da meta atuarial estabelecida (INPC + 5%, que daria 11,91%).

Crescemos quase R\$ 30 milhões em 2016, somando um patrimônio, hoje, de 150 milhões e pretendemos chegar ao fim de 2017, ano em que completamos nosso 10º aniversário, próximos aos 200 milhões. Isso graças a um trabalho firme para o aumento no número de participantes, executado por diversos meios, contando, sobretudo, com os esforços de nossa equipe própria de comercialização, constituída há poucos meses e já com resultados muito significativos.

Para isso, também contamos com o apoio e o empenho da nossa forte rede de instituidoras, formada hoje por 56 associações de classe ligadas à Justiça, ao Ministério Público e à Receita Federal do Brasil. Mostrando cada qual em sua instituição os resultados de nossa Previdência Associativa e o que ela pode trazer para o futuro de cada associado, essas entidades contribuirão para fortalecer-nos ainda mais. Melhor para a JUSPREV, melhor para o participante, melhor para um país que hoje apresenta o pior índice dos países das Américas e um dos piores do mundo em relação à poupança para a aposentadoria.

Estudo feito pelo Banco Mundial em 143 países mostrou que apenas quatro em cada 100 brasileiros separa recursos para os anos finais da vida, mais precisamente 4,67%. Apenas 11 países têm resultados abaixo do Brasil, que perde para nações como Congo, Maláui ou Togo. Os índices são bem diferentes, por exemplo, em relação a Portugal, a África do Sul, a América Latina e Caribe, onde 53,98% dos entrevistados (maiores de 15 anos), 15,93% e 10,60%, respectivamente, declararam fazer economias para a velhice.

A JUSPREV quer ajudar a mudar esse quadro e ver o Brasil crescer e formar cidadãos mais previdentes.



MARIA TEREZA UILLE GOMES
Diretora-Presidente



JAIR EDUARDO SANTANA
Diretor Administrativo-Financeiro



MARCIO HUMBERTO GHELLER
Diretor Jurídico e de Benefícios

Icatu

Seguradora

Em 2016 a JUSPREV firmou parceria com a ICATU SEGUROS para ser a nova administradora da cobertura dos riscos de morte e invalidez do PLANJUS. A mudança proporcionou aos participantes condições mais atrativas e um desconto de 15% nas contribuições mensais para morte e/ou invalidez. Além disso, o participante também passou a contar com a possibilidade de contratação de capital segurado de até R\$ 3 milhões.

13,48%
de rentabilidade

No ano de 2016, apesar do debilitado cenário econômico nacional, a rentabilidade da JUSPREV foi de 13,48%. O resultado alcançado demonstra o comprometimento de toda a nossa equipe, em especial do Comitê de Investimentos, que busca constantemente os melhores resultados para os investimentos de todos os participantes.

Nova gestora **SulAmérica**

Outra novidade de 2016 foi a entrada da SULAMÉRICA na gestão dos recursos do PLANJUS. Com o ingresso, houve um aumento de 35% do patrimônio aplicado em fundo ALM (apenas NTN-Bs). O incremento diminuiu a volatilidade (oscilação das rentabilidades) do PLANJUS. A SULAMÉRICA entrou para substituir a DLM INVISTA.

Quase

R\$ 150

milhões de patrimônio

Em 2015 a JUSPREV comemorou a marca de R\$ 100 milhões em patrimônio. Mas, os resultados obtidos em 2016 foram ainda melhores, o que elevou este número, hoje, para a casa dos R\$ 150 milhões. Uma conquista histórica.

Contratação de **Consultores Próprios**

Buscando aprimorar o atendimento aos potenciais participantes, a JUSPREV contratou no ano de 2016 dois novos profissionais para prestar consultoria personalizada. A formação da equipe própria de consultores é uma forma de coordenar todo o processo de adesões ao PLANJUS e assimilar, definitivamente, a identidade da JUSPREV. Alexandre dos Santos atende agora a região Sul do país. A região Sudeste é atendida por Carolina Dutra.

10 anos

JUSPREV

Em 2017 a JUSPREV comemora dez anos de atividades. Foi uma década de grandes conquistas e crescimento. Hoje, a entidade já conta com 56 instituidoras, quase 3000 participantes e R\$ 150 milhões em patrimônio.

Programa de Educação Financeira

Em 2016 a JUSPREV esteve presente em vários estados do Brasil ministrando palestras sobre a necessidade da Previdência Complementar na vida dos associados, potenciais participantes. Também no nosso site têm sido divulgadas matérias com conteúdo importante para todos os associados que desejam conhecer um pouco mais sobre a JUSPREV e sobre o cenário da previdência complementar e oficial do Brasil.

Treinamento & Capacitação

Com o principal objetivo de intensificar o relacionamento com as Associações Instituidoras e assim criar um maior envolvimento e participação na distribuição e divulgação do PLANJUS, a JUSPREV continuará a oferecer em 2017 o Treinamento para capacitação dos funcionários e diretores das Associações Instituidoras. O objetivo é oportunizar o conhecimento sobre o Estatuto da JUSPREV e o Regulamento do Plano de Benefícios Previdenciários que administra, o PLANJUS.

Novo site

Na busca de sempre melhorar os canais de comunicação com nossos participantes e instituidoras, a JUSPREV lançará em breve o novo layout do site institucional. O novo site trará várias novidades, entre elas uma página para interação com possíveis novos participantes. Além de facilitar a navegação, o novo site terá também um visual mais atraente, o que facilitará a leitura e a captura da atenção de quem acessar o portal.

Nova composição Comitê de Investimentos

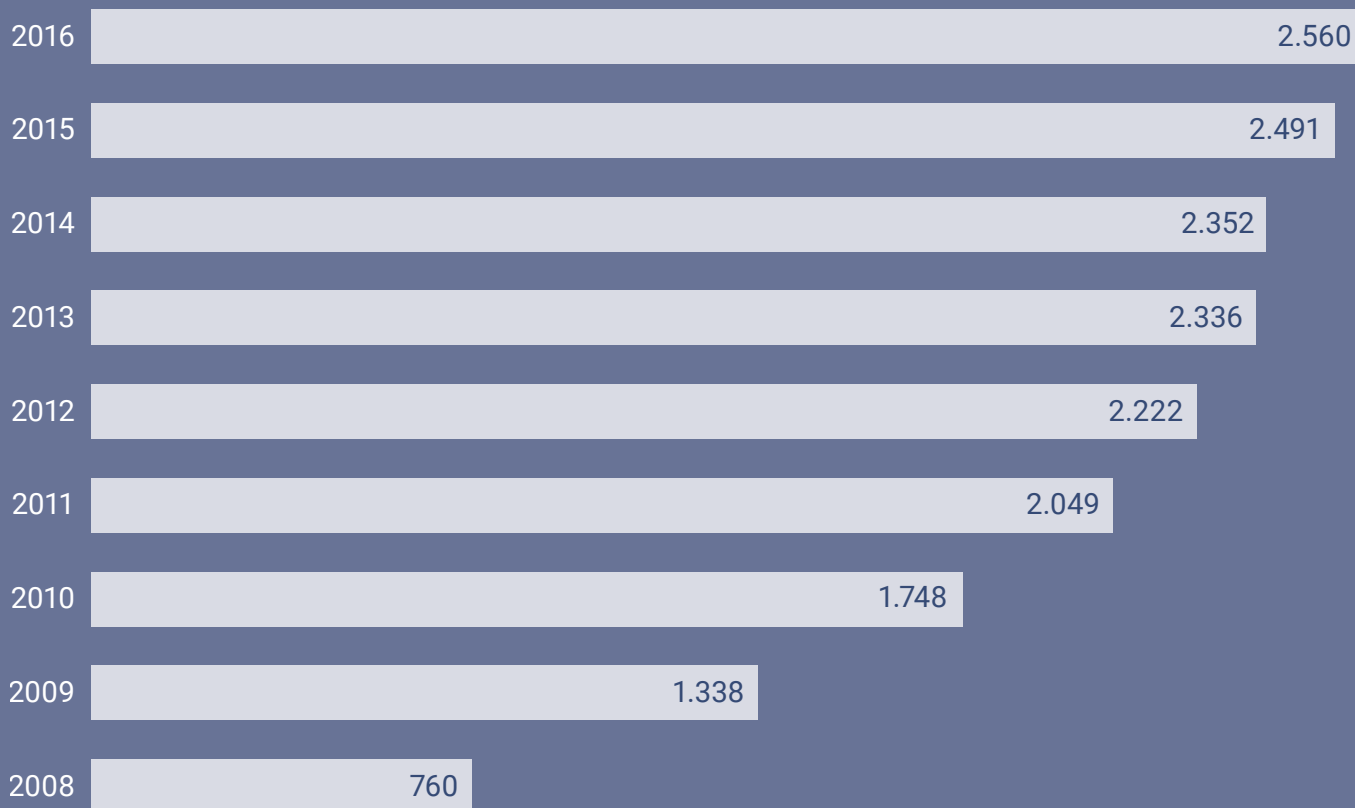
Durante a reunião geral realizada em Curitiba no dia 17 de março, foram nomeados os novos nomes do Comitê de Investimentos da JUSPREV. Os novos membros, Felipe Locke Cavalcanti (APMPSP), Francisco Borges Ferreira Neto (AMERON), Gervásio Protásio dos Santos Junior (AMMA), Maurício Trevisan (AMPRS) e Miguel Arcanjo Simas Nôvo (ANFIP), passam a atuar ao lado dos já nomeados Fabio Bertoli Esmanhotto (Presidente), Marco Aurelio Monteiro Tuoto e Willian Lira de Souza. O Comitê de Investimentos é composto por no máximo 8 (oito) membros, sob coordenação de um Presidente e todos são nomeados pelo Conselho Deliberativo da entidade para auxiliar a Diretoria Executiva.

Equipe própria em todas as regiões

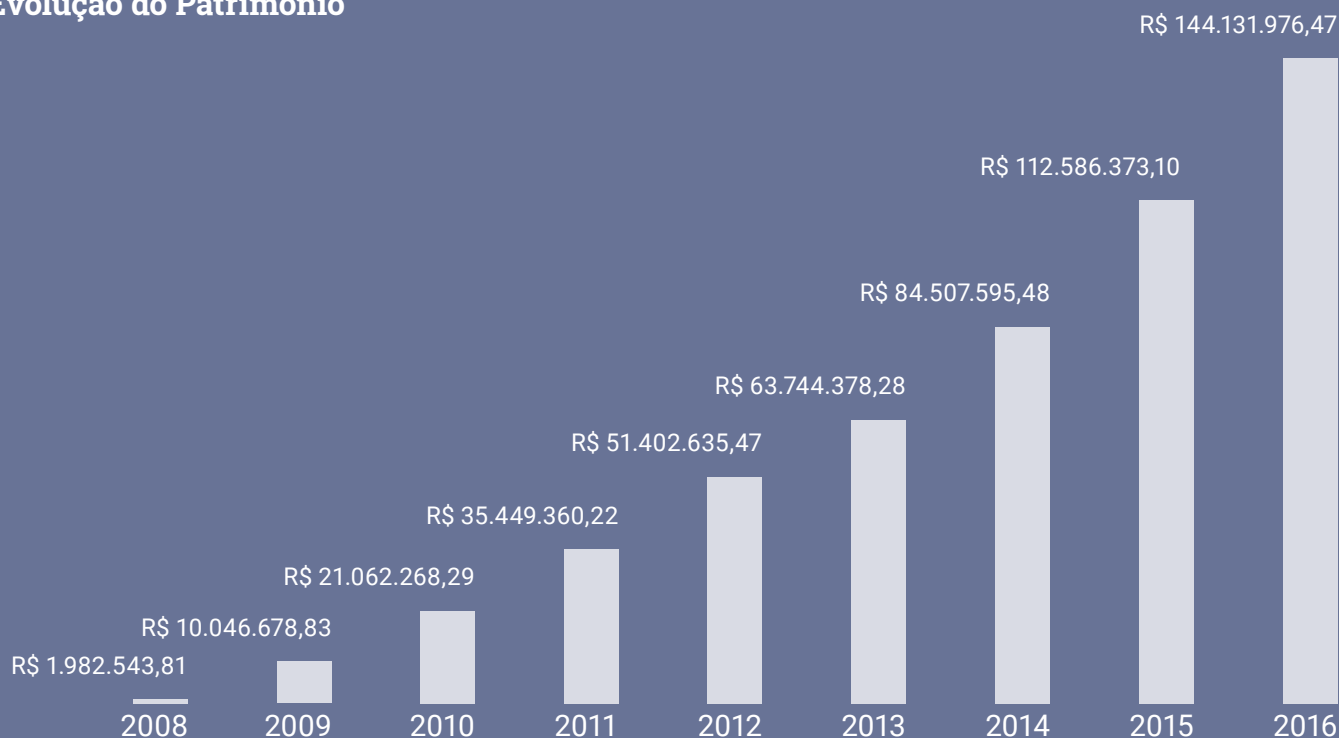
A JUSPREV não para. E para continuar a crescer a entidade precisa estar presente em todas as regiões do país. Já tínhamos, desde o ano passado, consultores nas regiões Sul e Sudeste. Com a contratação de dois novos consultores — para a região Norte, Fabio Roger de Souza e para a região Nordeste, Ibraim Filho — duas novas regiões passam a contar também com a excelência de nosso atendimento padronizado. A perspectiva é, ainda este ano, estarmos presentes em todas as regiões do Brasil.

JUSPREV EM NÚMEROS

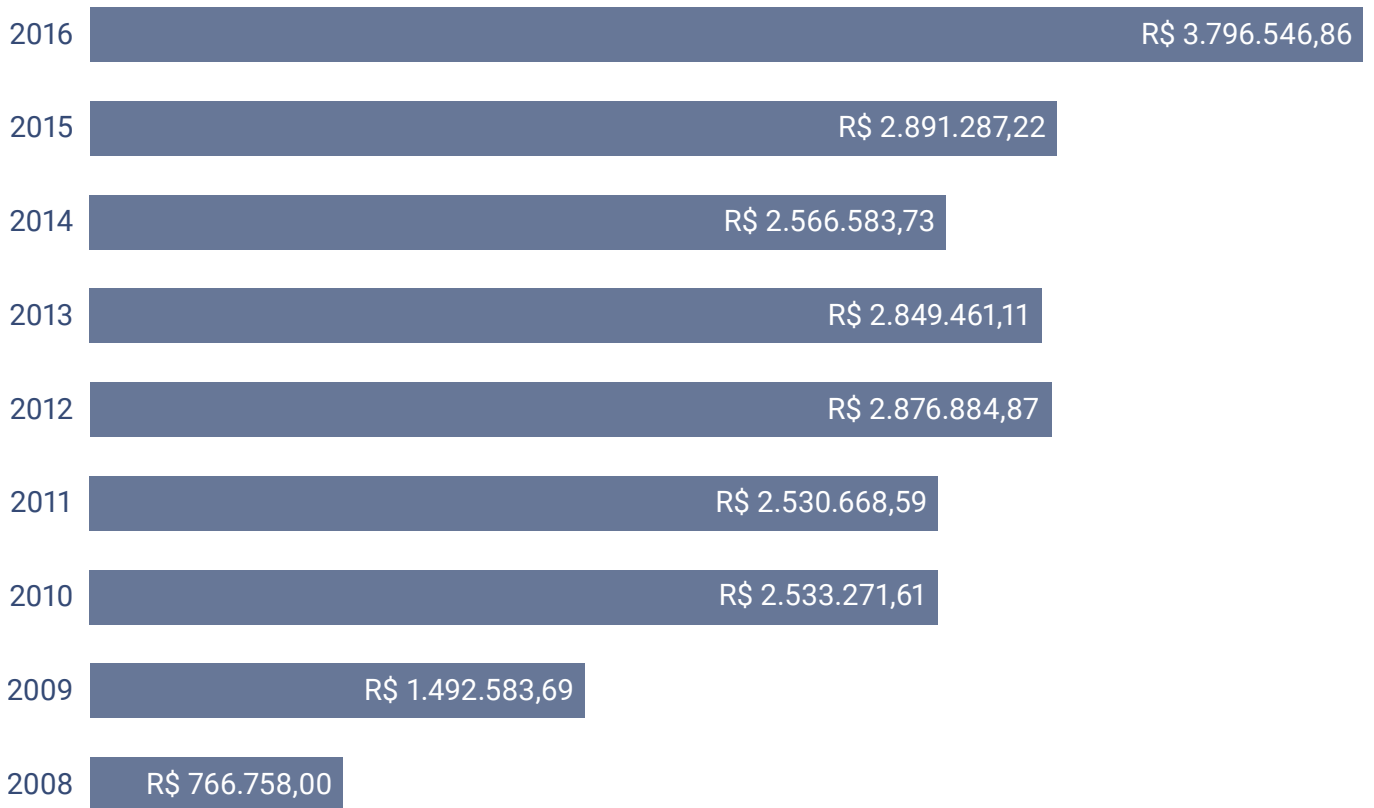
Participantes ativos



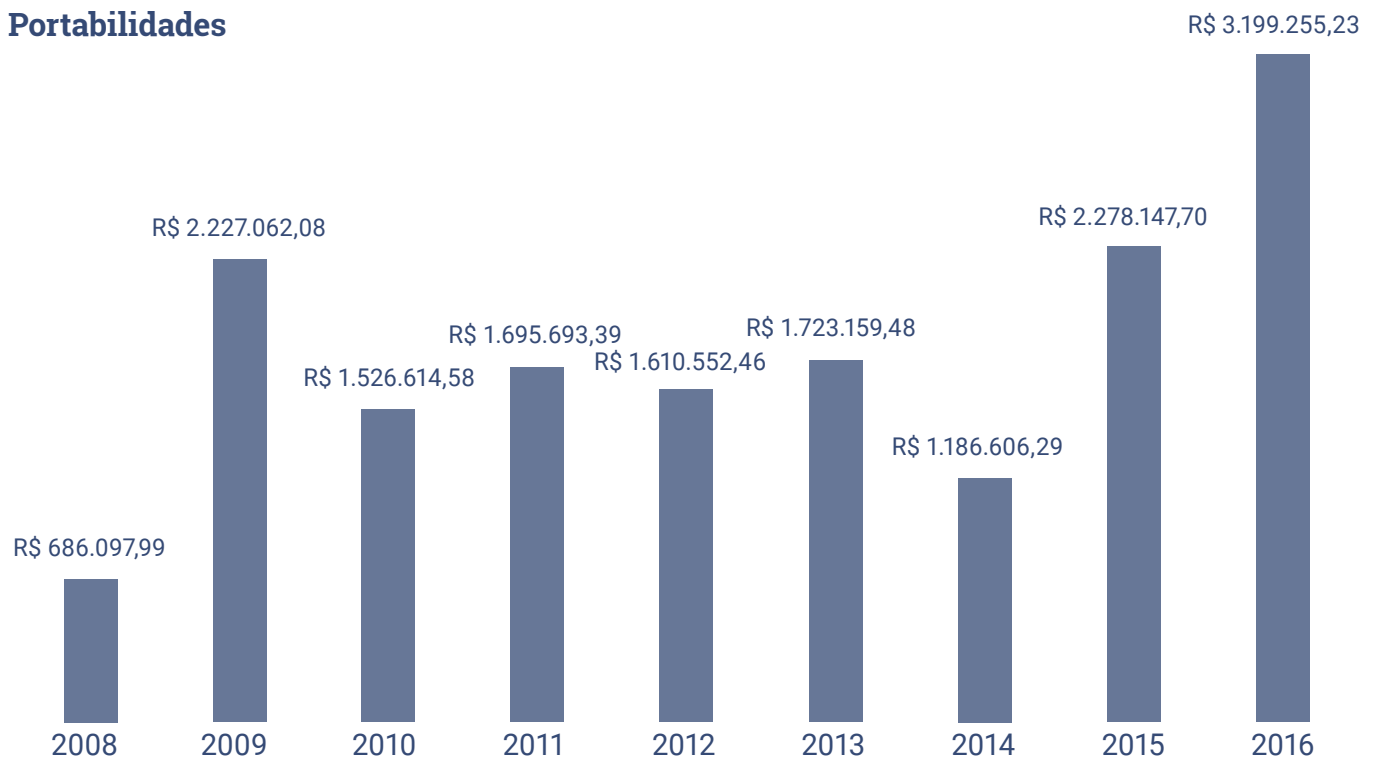
Evolução do Patrimônio



Aportes



Portabilidades



RELATÓRIO SOBRE INVESTIMENTOS

RESUMO DAS INFORMAÇÕES SOBRE INVESTIMENTOS EM 31/12/2016

Em atendimento à POLÍTICA DE INVESTIMENTOS aprovada pelo CONSELHO DELIBERATIVO em 15 de dezembro de 2015, os investimentos da JUSPREV em 2016 obedeceram aos limites já definidos pela RESOLUÇÃO nº 3.792, do CMN, de 24 de setembro de 2009, abaixo discriminados:

Alocação por Segmento

SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	VALOR APLICADO (milhões)	%
Renda Fixa (inclui disponíveis nos fundos)	143.741	99,69
Renda Variável	3,78	-
Investimentos Estruturados	0	-
Investimentos no Exterior	393,57	0,27
Imóveis	0	-
Operações com participantes	0	-
Disponível / Caixa	50,89	0,04
Passivo Operacional (Balancete)	0	-
Disponível Contingencial (Balancete)	0	-
TOTAL	144,189	100

Relatório Previdenciário

DESCRIÇÃO	2014	2015	2016
Portabilidade Recebidas	24	26	49
Adesões	95	100	224
Assistidos	6	9	13
Ativos em 21/12/2015	2.352	2.452	2.560

Cenário Macroeconômico

MÊS (ano 2016)	Indicadores				
	JUSPREV	CDI	INPC	IPCA	%CDI
Janeiro	1,04	1,05	1,51	1,27	98,95
Fevereiro	1,12	1	0,95	0,9	112,13
Março	1,11	1,16	0,44	0,43	95,85
Abril	1,18	1,05	0,64	0,61	111,87
Mai	0,97	1,11	0,98	0,78	87,26
Junho	1,21	1,16	0,47	0,35	104,55
Julho	1,06	1,11	0,64	0,52	96,11
Agosto	1,18	1,21	0,31	0,44	97,59
Setembro	1,02	1,11	0,08	0,08	91,73
Outubro	0,87	1,05	0,17	0,26	83,51
Novembro	0,91	1,04	0,07	0,18	88,12
Dezembro	1,02	1,12	0,14	0,3	91,22
Acumulado	13,48	14	6,58	6,29	96,30

Enquadramento Resolução n° 3.792/2009

Subcategorias de Alocação	Posição Atual (%)	Limite Legal (%)	Alocação Objetivo (%)	Limite Inferior (%)	Limite Superior (%)	Status
Renda Fixa	99,69	100	90	75	100	OK
Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal	78,28	100	-	0	100	OK
Conjunto dos ativos de renda fixa, excluídos os títulos públicos federais	21,41	80	-	0	80	OK
Títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais	0	80	-	0	80	OK
CBDs, RDBs e Letras Financeiras	18,79	80	-	0	80	OK
DPGEs	0	80	-	0	80	OK
Debênlures	2,23	80	-	0	80	OK
Letras Hipotecárias (LH) e Letras de Crédito Imobiliário (LCI)	0	80	-	0	80	OK
Certificado de Operações Estruturadas —COE	0	80	-	0	80	OK
FIDCs e FICs de FIDCs	0,24	20	-	0	20	OK
Notas Promissórias, CCBs e CCCBs	0,01	20	-	0	20	OK
Notas de Crédito à Exportação (NCE) e Cédulas de Crédito à Exportação (CCE)	0	20	-	0	20	OK
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRIs)	0	20	-	0	20	OK
Cédulas de Crédito Imobiliário (CCIs)	0	20	-	0	20	OK
Títulos do agronegócio (CPR, CRA, CDCA e WA)	0	20	-	0	20	OK
Demais títulos de companhias abertas e securitizadas (exclui debêntures)	0	20	-	0	20	OK
Caixa, provisões e despesas (valores a pagar e receber)	0	-	-	0	-	OK
Cotas de Fundos de Renda Fixa	0	-	-	0	-	OK
Operações a termo, opções de renda fixa e swaps	0,14	-	-	0	-	OK
Renda Variável	0	70	5	0	35	OK
Ações do Segmento Novo Mercado	0	70	-	0	35	OK
Ações do Segmento Nível 2	0	60	-	0	35	OK
Ações do Segmento Bovespa Mais	0	50	-	0	35	OK
Ações do Segmento Nível 1	0	45	-	0	35	OK
ETFs e ações não classificadas nos segmentos de governança corporativa	0	35	-	0	35	OK
Títulos de emissão de SPEs	0	20	-	0	20	OK
Debênlures com part. nos lucros, Ouro, Crédito de Carbono e CPAC	0	3	-	0	3	OK
Cotas de fundos de Renda Variável	0	-	-	0	-	OK
Opções	0	-	-	0	-	OK
Investimentos estruturados	0	20	2,5	0	10	OK
Fundos de Participação (Private Equity) e FMIEE	0	20	-	0	0	OK
Fundos de Investimentos Imobiliário (FII)	0	10	-	0	0	OK
Fundos Multimercados Estruturados	0	10	-	0	10	OK
Investimento no Exterior	0,27	10	2,5	0	5	OK
Ativos emitidos no exterior em fundos sediados no Brasil	0,1	10	-	0	5	OK
Fundos e FICs de Dívida Externa	0	10	-	0	5	OK
Cotas de fundos de índice do exterior admitidas a negociação no Brasil	0	10	-	0	5	OK
Brazilian Deposits Receipts (BDRs)	0,17	10	-	0	5	OK
Ações de companhias sediadas no Mercosul	0	10	-	0	5	OK
Imóveis	0	8	0	0	0	OK
Operações com participantes	0	15	0	0	0	OK
Empréstimos a participantes	0	15	-	0	0	OK
Financiamentos Imobiliários	0	15	-	0	0	OK

Comentários: No encerramento do 4º trimestre de 2016, os investimentos do plano de benefícios da EFPC apresentavam-se em conformidade em relação aos artigos 35 e 40 da RESOLUÇÃO CMN n° 3792 e com os limites inferiores e superiores definidos segundo a política de investimentos.

Cenário Macroeconômico

No ambiente global, 2016 ficou marcado pelo avanço de movimentos antiglobalização.

Nos EUA, a eleição do republicano Donald Trump para presidente marcou o fortalecimento de uma plataforma econômica baseada no protecionismo (em termos comerciais e de fluxos de imigração) e na expansão fiscal (por redução de impostos e expansão de investimentos em infraestrutura). Na Europa, o Reino Unido votou por sair da União Europeia, levantando uma série de dúvidas acerca das implicações não apenas econômicas, mas também políticas em todo o continente. Diante do aumento da incerteza global e da ausência de pressão inflacionária, as autoridades monetárias da Zona do Euro, Reino Unido e Japão decidiram ampliar suas políticas acomodatórias. Na contra-mão desse movimento, o FED elevou a taxa de juros em 25p.b tendo em vista o aperto no mercado de trabalho e a expectativa de aceleração inflacionária. Na China, observamos a presença acentuada do governo na economia concedendo estímulo fiscal e monetário, afastando temores de uma desaceleração brusca da atividade econômica. De modo geral, presenciamos em 2016 a continuidade da divergência da política monetária entre os EUA e os demais países desenvolvidos. Ademais, ainda que no curto prazo os impactos negativos dos discursos politicamente disruptivos sobre a economia real sejam menores, no médio prazo os eventos (eleição de Trump e Brexit) de 2016 podem ser prejudiciais ao crescimento da economia mundial.

No Brasil, a continuidade da recessão e o progresso na agenda fiscal permitiram o início do ciclo de corte de juros.

Em 2016, o PIB brasileiro deve recuar 3,6%, após contração de 3,8% em 2015. Instabilidade política, ausência de confiança para investir e consumir, taxa de juros elevada e deterioração do mercado de trabalho formaram o pano de fundo para a manutenção do quadro recessivo.

Como consequência direta desse cenário de fraqueza da demanda doméstica, a inflação recuou de 10,7% em 2015 para 6,3% em 2016. Outra consequência desse quadro de contração da economia por um período prolongado foi a visibilidade dada ao problema fiscal e à trajetória ascendente da dívida pública, exigindo a revisão da estrutura de gastos do setor público. Nesse sentido, a aprovação da PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO (PEC 241) que estipula um teto ao crescimento dos gastos públicos foi uma sinalização de comprometimento do CONGRESSO com a busca do equilíbrio fiscal. Além disso, o governo também enviou ao CONGRESSO uma proposta consistente de REFORMA DA PREVIDÊNCIA. Esse arranjo de inflação cadente (corrente e expectativa) e melhora da perspectiva fiscal no médio prazo foi fundamental para que o COPOM reduzisse a SELIC em 50p.b ao final de 2016 (levando-a para 13,75%) e sinalizasse a execução de novos cortes em 2017. Em resumo, a despeito de toda a repercussão negativa da contração econômica, podemos afirmar que 2016 também ficará marcado pelo endereçamento de soluções para problemas estruturais, especialmente no caso do gasto público.

Estratégia adotada no período

Em função do cenário pessimista no início do ano, iniciamos alocados em fundos de Renda Fixa com perfil conservador, sem exposição em Renda Variável local e alocação em Investimentos no Exterior (cerca de 2% do patrimônio). A partir de março, em função das drásticas alterações no contexto local, aumentamos o risco da parcela de Renda Fixa, com o objetivo de capturar resultados com a perspectiva de corte dos juros básicos (SELIC), reduzimos significativamente a alocação em Investimentos no Exterior e voltamos a alocar em ações de empresas brasileiras, com alocação tática e exposição média de 1% do portfólio.

Na tabela abaixo demonstramos o histórico de exposição do fundo.

% de exposição

Classe de Fundo	Dez/14	Dez/15	Mar/16	Jun/16	Set/16	Dez/16	Jan/17
Títulos atrelados a inflação	0	0	0	0	0	0	0
Renda Variável	0,2	0	2,3	0	3,1	0	1
Investimentos no Exterior	1,1	2,8	2,4	0	0	1	1
Estruturado	2,6	0	0	0	0	0	0
Renda Fixa	96,2	97,3	95,3	100	96,9	99	99

Na tabela a seguir demonstramos os resultados mensais e acumulado em 2016 do BRADESCO JUSPREV e dos fundos que tiveram participação em sua carteira no final de 2016.

Rentabilidade	2014	2015	2016	1º trim	2º trim	3º trim	4º trim
BRADESCO FIC FIM JUSPREV	10,52	13,88	13,2	2,71	3,34	3,46	3,09
% CDI	97,3	104,9	94,3	83,4	99,4	99,7	95,3

Outros Indicadores

Poupança	7,16	8,15	8,3	1,96	2	2,09	2
CDI	10,81	13,23	14	3,25	3,36	3,47	3,24
Ibovespa	-2,78	-12,41	36,7	13,92	3,35	13,24	2,53

Rentabilidades	2014	2015	2016	1º trim	2º trim	3º trim	4º trim	% do PL
Bradesco FI Mult Plus	11,19	13,23	14,68	3,36	3,69	3,61	3,27	57
Bradesco FI Ref. DI Federal II	10,84	13,25	13,85	3,19	3,34	3,44	3,21	4,1
BRAM Inst. FI RF IRF-M	11,46	6,92	23,86	7,97	6,13	4,47	3,47	4,1
Bradesco Top Bancos	-	-	-	3,3	3,41	3,52	3,31	32,7
Bradesco Global FIA IE	-	-	14,24	3,3	3,41	3,52	3,31	0,9
Bradesco FIC FIA Inst. IBrX Alpha	-2,43	-12,09	31,37	11,70	1,43	12,53	3,03	1

Com relação a 2017, acreditamos que os principais riscos para o mercado são o ritmo de aumento da taxa de juros nos EUA e o risco da não aprovação da reforma da previdência. No Brasil, nosso cenário é de recuperação gradual da economia brasileira, com PIB crescendo 0,2% e cortes na taxa de juros básica até o patamar de 9% a.a..

Desta forma, pretendemos manter o estilo defensivo de gestão, atentos a eventuais oportunidades de remuneração do portfólio que apresentem boas expectativas de retorno/risco ao longo do ano.

O ano de 2016 foi marcado por surpresas internas no front político/econômico e eventos externos, como o Brexit (a saída da Inglaterra da União Europeia), a eleição de Donald Trump, que contribuíram para maior incerteza global, em um mundo preocupado com a evolução da economia chinesa e com infundáveis crises geopolíticas.

O Brasil passou pelo afastamento da presidente Dilma e o início de um novo governo, com mudanças drásticas na orientação da política econômica, mas pressionado por baixo apoio popular em meio às incertezas decorrentes da operação Lava Jato e uma economia mergulhada em profunda recessão.

Nas expectativas que cercam o ano de 2017 temos alguns pontos que permitem certo otimismo. Crescimento maior da economia americana, podendo resultar em desvalorização cambial, mantendo impulso positivo ao setor externo, e, por conseguinte, ao setor industrial. Avanços da agenda fiscal, ao lado de juros domésticos em queda, contribuindo para o aumento da confiança dos agentes, devem pavimentar o caminho para um maior dinamismo econômico em 2017. No entanto, há riscos que não devem ser ignorados. Incertezas no campo político, decorrentes das delações no âmbito da LAVA JATO, limitando a capacidade do governo de executar reformas em um quadro de crise fiscal dos estados, podendo gerar obstáculos e retardar a retomada da economia.

JUSPREV FIM

Nossa estratégia em 2016 foi manter a alocação da carteira com o objetivo de buscar os melhores investimentos que conciliem liquidez, rentabilidade, custo, baixa volatilidade e segurança. Acompanhamos o movimento das taxas das NTN-B's para continuar a compor a carteira do fundo e terminamos o ano com alocação de 99,6% em NTN-B's

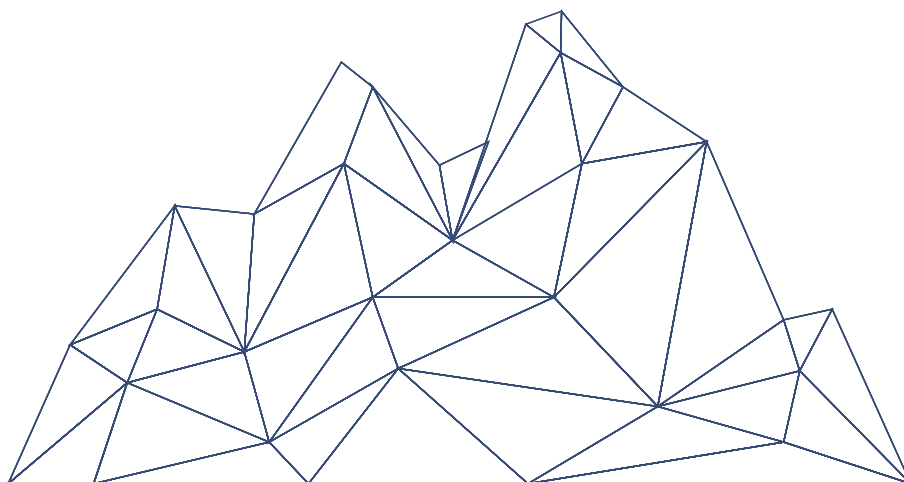
marcadas na curva, buscando superar o objetivo de INPC + 6% a.a. do fundo.

JUSPREV ATIVO

Encerramos o ano de 2016 com um aumento significativo de ofertas de debêntures no mercado primário em relação ao início do ano, porém se considerarmos as ofertas sem incentivo fiscal, o número de emissões ficou aquém do ano de 2015. No mercado secundário o nível de prêmio de alguns papéis corporativos voltou a trabalhar em patamares mais baixos em função da alta liquidez do mercado, porém os desafios da economia brasileira, principalmente na parte fiscal são grandes. Neste contexto, nossa alocação foi gradual e com boa relação risco x retorno.

A estratégia definida na montagem da carteira de crédito privado foi alocar 1/3 das posições em operações de curto/médio prazo de bancos médios, menor exposição ao crédito corporativo em função das condições e dos desafios econômicos. Destinamos também recursos para letras financeiras de bancos de primeira linha de médio e longo prazo. Nossa ideia foi aproveitar a forte demanda por títulos financeiros no mercado secundário em função da escassez desses ativos no mercado primário, tanto no segmento corporativo como financeiro. Dessa forma encerramos o ano alocado cerca de 27,5% em crédito. Continuamos com perspectiva positiva para o desempenho do fundo, principalmente em função dos ativos financeiros que o fundo possui e estão demandados no mercado.

Adicionalmente alocamos gradualmente nos fundos SULAMÉRICA EXCELLENCE E SULAMÉRICA RENDA FIXA ATIVO por possuírem estratégia de crédito privado e risco de mercado através de estratégia de juros nominais e reais respectivamente, buscando incrementar o retorno em um cenário de queda de juros no Brasil.



Introdução

O presente documento estabelece as diretrizes que serão adotadas na aplicação dos recursos garantidores para o horizonte dos próximos cinco anos. Os parâmetros e estratégias aqui estabelecidos estão calcados nas regras definidas pela legislação aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar e nos objetivos previdenciários dos recursos garantidores. Logo, é preciso que o horizonte de investimentos esteja alinhado com o horizonte de desembolso desses recursos e com as premissas de rentabilidade definidas na concepção do plano. O descasamento entre o horizonte dos investimentos e o prazo estimado de formação das reservas pode gerar (i) o risco de reinvestimento, que se caracteriza pela indisponibilidade, na data de vencimento de um ativo, de outro ativo que apresente rentabilidade semelhante, e (ii) risco de liquidez, que se caracteriza pela ausência de liquidez para pagamento do benefícios.

Pode-se concluir, assim, que uma das principais atribuições dessa política de investimento é estabelecer diretrizes que proporcionem o alinhamento entre o horizonte das aplicações e o horizonte de benefícios, ou, em outras palavras, entre o fluxo de caixa do ativo e o fluxo de caixa do passivo do plano.

As diretrizes estabelecidas para a aplicação dos recursos garantidores da JUSPREV, ainda que não mencionadas de maneira explícita nesse documento, devem ser necessariamente seguidas.

Essa política de investimento será vigente entre 01/01/2016 e 31/12/2020, ou até sua alteração pelo Conselho Deliberativo da JUSPREV.

Plano de Benefícios

Os planos de benefícios em operação no Brasil devem estar registrados no Cadastro Nacional de Plano de Benefícios (CNPB) das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, conforme estabelece a Resolução CGPC nº 14, de 1º de outubro de 2004.

Além disso, toda Entidade Fechada de Previdência Complementar deve designar um administrador estatutário tecnicamente qualificado (AETQ), responsável pela gestão, alocação, supervisão, controle de risco e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos, como estabelece a Resolução CMN nº 4.275, de 31 de outubro de 2013.

Dados Cadastrais

Nome do Plano	Plano de Benefícios Previdenciários JURIS–PLANJUS		
CNPB	20.070.035-38		
Tipo	Contribuição Definitiva		
Administrador Estatutário Tecnicamente qualificado (AETQ) Período: 01/01/2016 a 31/12/2016	Segmento Todos os segmentos	Nome Jair Eduardo Santana (Certificado pelo ICSS nºEIO1963	Cargo Diretor Administrativo e Financeiro
Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB) Período: 01/01/2016 a 31/12/2016	Segmento Todos os segmentos	Nome Hercules Maia Kotsifas	Cargo Diretor Jurídico e de Benefícios

A JUSPREV é a administradora legal do Plano PLANJUS e, também, a responsável pelo gerenciamento de seus ativos.

Alocação de recursos e limites por segmento de aplicação

A Resolução CMN 3.792 estabelece que os planos devem definir em sua política “a alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação”. Segundo o Guia PREVIC — Melhores Práticas em Investimentos, os limites “máximo e mínimo planejados de cada um dos segmentos e modalidades de investimentos na vigência da política de investimento devem ser representativos da estratégia de alocação de cada plano de benefícios, portanto mais restritivos que a legislação vigente”.

A tabela seguinte apresenta os limites de alocação por segmento de aplicação, bem como o alvo para a alocação em cada tipo de mandato que compõe esses segmentos.

Subcategorias de Alocação	Alvo (%)	Mínimo (%)	Máximo (%)
Renda Fixa	90	75	100
Renda Variável	5	0	35
Investimentos Estruturados	2,5	0	10
Investimentos no Exterior	2,5	0	5

A alocação “Alvo” não configura nenhuma obrigação para o plano e tem por intuito apenas balizar os investimentos no longo prazo. Os limites inferiores e superiores devem ser respeitados a todo instante, bem como os demais limites estabelecidos pela legislação em vigor.

Índices de Referência

Segundo o Inciso IV Parágrafo 3º Artigo 16 da Resolução CMN 3.792, a política de investimento de deve conter “a taxa mínima atuarial ou os índices de referência, observando o regulamento de cada plano de benefícios”.

Informações do regulamento

Renda Fixa	CDI
Renda Variável	IBr-X
Investimentos Estruturados	INPC + 2% ao ano
Investimentos no Exterior	MSCI WORLD (BRL)

Metas de Rentabilidade

A Resolução CMN 3.792 ainda estabelece que a política de investimentos deve apresentar a meta de rentabilidade para cada segmento de aplicação. A meta de rentabilidade, diferentemente da meta atuarial ou dos índices de referência, representa o objetivo de retorno a ser obtido para o segmento, em prazo condizente com as aplicações, em termos nominais.

Metas de Rentabilidade

Renda Fixa	INPC + 5% ao ano
Renda Variável	INPC + 9% ao ano
Investimentos Estruturados	INPC + 7% ao ano
Investimentos no Exterior	INPC + 8% ao ano

Restrições

Este capítulo apresenta as restrições de investimentos estabelecidas por esta política. Tais restrições se aplicam unicamente aos investimentos realizados diretamente, ou seja, em carteira própria ou através de fundos de investimentos exclusivos:

- *Day-Trade*: é vedada a realização de operações de day-trade diretamente nas carteiras e em fundos exclusivos investidos pelo Plano; só é permitida em fundos abertos, desde que aten-

didadas as regras impostas pela legislação dos fundos de pensão.

- Em função do porte da JUSPREV, é vedada, a princípio, Parcerias Público-Privadas (PPPs) e investimentos em fundos imobiliários (FIIs) e de participações (FIPs).

São vedadas operações nos segmentos de imóveis e de operações com participantes.

Cabe ressaltar que a JUSPREV poderá, a qualquer momento, viabilizar estudo que indique investimentos nas classes e operações vedadas e mencionadas acima, desde que tecnicamente fundamentado. Nesse sentido, caso ocorra a necessidade, em função do contexto do mercado, de investimentos nessas classes e operações, o CONSELHO DELIBERATIVO da JUSPREV deverá aprovar as novas diretrizes que devem constar na Política de Investimento.

Avaliação dos Investimentos

Os investimentos realizados diretamente pela EFPC devem ser objeto de análise prévia. A análise de cada investimento deverá ser feita de acordo com as características específicas do mandato, considerando, no mínimo, os pontos aqui elencados:

- Conformidade com a política de investimento e com a legislação vigente;
- Análise de desempenho pregresso do fundo ou do gestor, quando cabível;
- Análise da estrutura do gestor, quando cabível;
- Análise dos principais riscos associados ao mandato;
- Análise do horizonte de investimento e sua adequação com os objetivos do plano.

Novos Investimentos

Conforme preconiza o Guia PREVIC — Melhores Práticas em Investimentos, sempre que houver a necessidade de investimento em classes de ativos ou mesmo em segmentos que ainda não tenham sido explorados pela JUSPREV (e desde que permitidas nesta Política de Investimento), serão observados alguns pontos adicionais:

- Na avaliação do investimento em questão, deve-se ponderar o motivo pelo qual a classe está sendo avaliada;
- Os riscos relacionados ao investimento devem ser especialmente explorados, para que todos os envolvidos tenham ciência das características específicas desse investimento;
- A alocação inicial será reduzida, de forma a causar pouco impacto no Plano, e poderá ser aumentada à medida que o grau de conhecimento do investimento aumente.

Investimentos com risco de crédito

Com relação aos investimentos diretos ou indiretos (por meio de fundos de investimentos) em ativos com risco de crédito, a avaliação dos investimentos deve adotar critérios de análise que não se limitem à classificação de risco (*rating*) atribuído por agência classificadora. Entre as características a serem avaliadas em operações de crédito, estão:

- Relação entre o prazo e o spread de crédito;
- Capacidade de solvência do devedor;
- Garantias e *Covenants* da operação;
- Existência de risco de incorporação ou de performance;
- Ausência de conflitos de interesses, no caso de operações estruturadas (ex. FIDC);
- Demais externalidades que possam afetar a operação.

No caso de fundos, como o gestor tem a discricionariedade da alocação, a avaliação será feita com base nas restrições e condições estabelecidas no regulamento do fundo. A JUSPREV apenas incentiva a adoção dos critérios acima, e monitora as carteiras.

É importante ressaltar que muitos fundos de renda fixa e mesmo alguns fundos multimercado realizam aplicações em títulos privados. Em parte dos casos, essas alocações não configuram a estratégia principal do fundo e são feitas de forma pulverizada, privilegiando ativos de primeira linha, com baixo risco de crédito.

A avaliação descrita neste capítulo não se destina à alocação em crédito feita por estes fundos. Para esses casos, o monitoramento do risco é feito de forma quantitativa, como descrito no capítulo 7 Processo de Controle de Riscos.

Investimentos no Exterior

Para os investimentos no exterior, devem ser avaliados riscos específicos, como a exposição à variação cambial e se as alocações proporcionam efetivamente alguma diversificação ao portfólio.

Nesse contexto, a decisão de investimento em fundos que alocam recursos no exterior deve considerar características como, mas não se limitando a:

- Modalidade de ativos se ações, títulos soberanos de renda fixa, títulos corporativos, etc.;
- Países e regiões em que o fundo tem exposição e em que proporções;
- Setores com maior exposição no fundo (ou no índice de referência); e
- Tipo de gestão se passiva, ativa, valor, dividendos, etc.

Monitoramento dos Investimentos

Os investimentos já realizados devem ser objeto de monitoramento contínuo, com o objetivo de avaliar seu desempenho. Para tanto, os seguintes itens devem ser avaliados:

- Desempenho em relação ao *benchmark*, considerando-se o horizonte de investimento;
- Existência de desenquadramentos;
- Grau de utilização dos limites de risco pré-estabelecidos;
- Alterações na estrutura de gestão.

É importante ressaltar que essa avaliação pode variar de mandato para mandato, em função dos diferentes horizontes de investimento que cada um dos mandatos possui.

Operações com Derivativos

As operações com derivativos são permitidas em todos os veículos de investimento utilizados pelo plano. Além de estarem sujeitas ao regulamento de cada um desses veículos, tais operações devem estar em conformidade com a legislação aplicável às EFPC.

A RESOLUÇÃO CMN nº 3.792 estabelece que as operações com derivativos devem ser realizadas na modalidade com garantia e devem obedecer, adicionalmente, às seguintes restrições:

- Depósito de margem limitado a 15% da posição em títulos públicos, em títulos privados de emissão de instituições financeiras e em ações pertencentes ao IBOVESPA;
- Valor total dos prêmios de opções pagos limitado a 5% da posição em títulos públicos, em títulos privados de emissão de instituições financeiras e em ações pertencentes ao IBOVESPA.

Ficam excluídos desses limites os Fundos Multimercados classificados como Investimentos Estruturados.

Como a JUSPREV não possui investimentos em Carteira Própria e que, portanto, seus recursos estão sendo geridos através de fundos de investimentos com gestão terceirizada, caberá ao gestor externo o controle e monitoramento das regras aqui mencionadas, como o intuito de não apenas atender a legislação dos fundos de pensão, bem como a Política de Investimento da Entidade.

Processo de Controle de Riscos

O controle de riscos é um processo contínuo, e não algo pontual e estático que possa ser resumido em controles unicamente quantitativos. Por essa razão, esse capítulo apresenta os controles exercidos e também a influência de tais controles na gestão dos recursos.

O Capítulo III da Resolução CMN nº 3.792 estabelece a necessidade de identificação e de controle dos riscos incorridos pelas EFPC. Da mesma forma, o Guia PREVIC — Melhores Práticas em Investimentos sugere diversos controles que devem ser levados em consideração quando da análise dos investimentos.

No caso dos investimentos realizados por gestores terceirizados, embora os controles sejam de responsabilidade do gestor, os parâmetros de riscos são verificados periodicamente pela EFPC.

Contratação de Agentes Fiduciários

A contratação de agentes fiduciários, tal como gestores, custodiantes, administradores e consultores, deve ser precedida de análise da capacidade técnica desses prestadores de serviços, a partir de métricas adequadas a cada uma de suas funções.

Somente poderão ser contratados aqueles prestadores que cumpram as exigências mínimas previstas pela Resolução CMN nº 3.792 quanto a seus cadastros e certificações junto aos órgãos compe-

tentes. Adicionalmente, serão observadas as questões de conflitos de interesse, sempre visando à inexistência de tais situações, sobretudo nas questões relacionadas à gestão de recursos, avaliação de riscos e enquadramento.

Desenquadramentos

Apesar de todos os esforços para que não haja nenhum tipo de desenquadramento, esse tipo de situação não pode ser totalmente descartado. No caso de ocorrência de desenquadramento, os seguintes procedimentos mínimos devem ser observados:

- O desenquadramento ocasionado por erros ou falhas internas deve gerar procedimento de revisão de processos, e adequação formal dos mesmos;
- O desenquadramento gerado por descumprimento da legislação, do mandato ou dessa política de investimento, no que concerne aos recursos investidos, deve gerar sanções ao gestor de recursos, que podem ir desde sua advertência formal até o resgate da totalidade dos recursos investidos.

Disposições Gerais

- I. A presente Política de Investimentos deverá ser revista na periodicidade prevista pela legislação aplicável em vigor, a contar da data de sua aprovação pelo Conselho Deliberativo da JUSPREV;
- II. O planejamento desta Política de Investimento foi realizado com um horizonte de sessenta meses conforme legislação de regência;
- III. Revisões extraordinárias ao período legal deverão ser realizadas sempre que houver necessidade de ajustes perante o comportamento/ conjuntura do mercado e/ou quando se apresentar o interesse da preservação dos ativos financeiros do Plano PLANJUS;
- IV. Baseado em suas análises, a JUSPREV poderá redimensionar as metas de aplicação dentro dos segmentos e entre eles, desde que obedecidos os parâmetros de risco-retorno fixados nesta Política de Investimentos, e respeitados os parâmetros legais vigentes.
- V. As adequações das Carteiras Administradas e Fundos de Investimento Exclusivos à legislação aplicável em vigor e aos parâmetros estabelecidos nos regulamentos será constantemente verificada pela Diretoria Financeira.
- VI. A Política de Investimento deverá ser publicada a todos os participantes e informada à PREVIC assim que aprovada pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Deliberativo da JUSPREV e referendado pelos Órgãos Colegiados.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

VALORES EM MILHARES DE REAIS

I. Balanço Patrimonial Consolidado

Ativo	Exercício Atual (2016)	Exercício Anterior (2015)	Passivo	Exercício Atual (2016)	Exercício Anterior (2015)
Disponível	51	92	Exigível Operacional	707	147
			Gestão Previdencial	587	53
			Gestão Administrativa	120	94
Realizável	144.250	112.963	Patrimônio Social	143.676	113.003
Gestão Previdencial	103	1	Patrimônio de Cobertura do Plano	143.594	112.558
Gestão Administrativa	8	2	Provisões Matemáticas	143.594	112.558
Investimentos	144.139	112.960	Benefícios Concedidos	1.143	793
Créditos Privados e Depósitos	0	374	Benefícios a Conceder	142.451	111.765
Fundos de Investimentos	144.139	112.586			
Permanente	82	95	Fundos	82	445
Imobilizado	82	95	Fundos Administrativos	82	445
Total do Ativo	144.382	113.150	Total do Passivo	144.382	113.150

II. Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

Descrição	Exercício atual (2016)	Exercício anterior (2015)	Variacão (%)
A. Patrimônio Social — In�cio do Exercício	113.003	84.612	33,55
1. Adic�es	43.565	32.299	34,88
(+) Contribuições Previdenciais	26.472	18.318	44,51
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos (Gestão Previdencial)	15.104	11.955	26,34
(+) Receitas Administrativas	1.970	2.005	-1,73
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos (Gestão Administrativa)	19	21	-8,29
2. Destinações	-12.893	-3.908	229,91
(-) Benefícios	-10.540	-2.194	380,39
(-) Despesas Administrativas	-2.353	-1.714	37,28
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	30.673	28.391	8,04
(+/-) Provisões Matemáticas	31.036	28.079	10,53
(+/-) Fundos Administrativos	-363	312	-216,48
B. Patrimônio Social — Final do Exercício (A+3+4)	143.676	113.003	27,14

III. Demonstração da Muta o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

Descri�o	Exercício Atual (2016)	Exercício Anterior (2015)	Variacão (%)
A. Ativo Líquido — In�cio do Exercício	112.558	84.479	33,24
1. Adi�es	41.887	30.359	37,16
(+) Contribui�es	26.783	18.584	44,12
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos (Gestão Previdencial)	15.104	11.955	26,34
2. Destina�es	-10.851	-2.460	341,12
(-) Benefícios	-10.540	-2.194	380,39
(-) Custeio Administrativo	-312	-266	17,19
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	-31.036	28.079	10,53
(+/-) Provisões Matemáticas	31.036	28.079	10,53
B. Ativo Líquido — Final do Exercício (A+3+4)	143.594	112.558	27,57
C. Fundos não-previdenciais	82	445	-81,57
(+/-) Provisões Matemáticas	82	445	-81,57

IV. Demonstrac o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

Descri�o	Exercício Atual (2016)	Exercício Anterior (2015)	Variacão (%)
1. Ativos	144.263	113.056	27,60
Disponível	37	60	-39,15
Recebíveis	185	447	-58,68
Investimentos	144.041	112.549	27,98
Fundos de Investimento	144.041	112.549	27,98
2. Obriga�es	587	53	1007,34
Operacional	587	53	1007,34
3. Fundos não previdenciais	82	445	-81,57
Fundos Administrativos	82	445	-81,57
4. Ativo Líquido (1-2-3)	143.594	112.558	27,57
Provisões Matemáticas	143.594	112.558	27,57

V. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada)

Descrição	Exercício Atual (2016)	Exercício Anterior (2015)	Variação (%)
A. Fundo Administrativo do Exercício	445	133	234,59
1. Custeio da Gestão Administrativa	1.990	2.026	-1,80
1.1. Receitas	1.990	2.026	-1,80
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	338	267	26,57
Custeio Administrativo dos Investimentos	726	313	131,88
Receitas Diretas	893	1.422	-37,23
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	19	21	-8,29
Outras Receitas	14	3	367,60
2. Despesas Administrativas	2.353	1.714	37,28
2.1. Administração Previdencial	2.278	1.672	36,24
Pessoal e Encargos	1.420	1.007	41,03
Treinamentos/congressos e seminários	20	15	33,17
Viagens e estadias	170	101	68,50
Serviços de terceiros	257	187	37,69
Despesas Gerais	283	230	23,23
Depreciações e amortizações	25	29	-12,86
Tributos	103	103	100
2.1. Administração dos Investimentos	49	42	16,27
Serviços de terceiros	49	42	16,27
2.4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	26	0	100
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	-363	312	-216,48
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	-363	312	-216,48
B. Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	82	445	-81,67

VI. Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios

Descrição	Exercício Atual (2016)	Exercício Anterior (2015)	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+4)	144.181	112.611	28,03
1. Provisões Matemáticas	143.594	112.558	27,57
1.1. Benefícios Concedidos	1.143	793	44,10
Contribuição Definida	1.143	793	44,10
1.1. Benefícios a Conceder	142.451	111.765	27,46
Contribuição Definida	142.451	111.765	27,46
• Saldos de Contas — parcelas participantes	142.451	111.765	27,46
4. Exigível Operacional	587	53	1007,34
4.1. Gestão Previdencial	587	53	1007,34

PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Objetivo

Este parecer tem como objetivo atender à Resolução MPS nº 23, de 06 de dezembro de 2006 que, em seu artigo 3º, inciso IV, estabelece a disponibilização do parecer atuarial do Plano de Benefícios aos participantes e assistidos.

Em consonância à Instrução MPS/PREVIC nº 12, de 13 de outubro de 2014, este parecer atuarial foi elaborado considerando todos os fatores relevantes para apuração dos resultados da Avaliação Atuarial.

A presente Avaliação Atuarial teve como finalidade apurar o resultado financeiro-atuarial e dimensionar as Provisões Matemáticas e o Patrimônio para Cobertura do PLANJUS, administrado pelo Fundo de Pensão Multinstituído por Associações do Ministério Público e da Justiça — JUSPREV, em 31/12/2016, bem como, avaliar a rentabilidade dos recursos garantidores das provisões matemáticas, os resultados do Programa Administrativo da Entidade e apresentar as hipóteses adotadas na presente avaliação e que passarão a vigor a partir do exercício de 2017.

Base Cadastral

As informações referentes aos participantes ativos, assistidos e pensionistas para a Avaliação Atuarial, nos foram enviadas em arquivo eletrônico pela entidade, com data-base em 31/12/2016 em formato “xls”.

Após a recepção dos dados, foram realizados os testes de consistência julgados necessários, sendo a referida base considerada satisfatória para a Avaliação Atuarial referente ao exercício financeiro de 2016. Foram também utilizadas para a presente avaliação as informações contábeis fornecidas pela UNITBPO em 14 de março de 2017.

Analisando as informações encaminhadas se verificou um aumento de 5,71% (140) no número de participantes ativos em relação ao ano anterior. No que tange os aposentados, houve um aumento no número de assistido, passando de 3 em 2015 para 10 benefícios em percepção em 2016. Quanto aos pensionistas observou-se uma manutenção no número de benefícios em manutenção, passando de 3 em 2015 para 3 benefícios em 2016.

Hipóteses atuariais

O Anexo da Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, em seu primeiro item, determina que tais hipóteses devem estar adequadas às características da massa de participantes e assistidos e ao regulamento do plano de benefícios de caráter previdenciário.

Assim, as hipóteses atuariais adotadas para a Avaliação Atuarial — 2016, considerando a manifestação da Entidade quanto ao Relatório de Hipóteses Atuariais desenvolvido por esta Consultoria, são:

- a) Taxa de Juros: 5,00%a.a.;
- b) Tábua de Mortalidade Geral: AT2000 F; e,
- c) Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT2000 F.

Por se tratar de um Plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), vale ressaltar que as hipóteses atuariais não são utilizadas para apuração das obrigações do plano de benefícios junto a seus Participantes, mas sim para o cálculo das rendas mensais, por equivalência atuarial.

Resultados atuariais

O PLANJUS, administrado pela JUSPREV, apresentou, em 31/12/2016, resultado de equilíbrio técnico. Apurou-se uma Provisão Matemática de R\$ 143.593.677,06, sendo R\$ 1.142.743,03 referente à Provisão Matemática de Benefícios Concedidos e R\$ 142.450.934,03 referente à Provisão Matemática de Benefícios a Conceder.

Por se tratar de plano estruturado na modalidade contribuição definida — CD, tanto na fase de capitalização como na fase de percepção dos benefícios, a obrigação do Plano para com os seus participantes está limitada ao saldo de conta individual, conforme formulação constante em Nota Técnica Atuarial vigente, justificando assim tal equilíbrio técnico.

Desta forma, atestamos que as informações constantes deste Parecer foram avaliadas por nossa Consultoria Atuarial e refletem as bases cadastrais, bem como as informações contábeis fornecidas pela JUSPREV referente à data base 31/12/2016.

A rentabilidade auferida pelos recursos do plano em 2016, considerando a cota vigente em 31/12/2015 e 31/12/2016, foi de 13,92%. No mesmo período o Índice de Referência acumulou 11,91%, indicando que os resultados dos investimentos foram superiores ao esperado.

Por fim, quanto ao Programa Administrativo, verificou-se um ponto de atenção. Uma vez que o ano de 2016 se encerrou com um fundo administrativo 54,41% inferior à média de 2015, R\$ 82.029,37 e R\$ 179.929,50 respectivamente.

Considerando o exposto no presente parecer se conclui que o PLANJUS encontra-se em equilíbrio atuarial e financeiro, devendo observar as indicações e os resultados apurados pela Avaliação Atuarial.

Florianópolis, 23 de março de 2017.

LUCAS AZEVEDO FONSECA

Atuário MIBA nº 2.461

Lumens Consultoria Atuarial

Plano de Contas Contábil

Provisões Matemáticas

Entidade: FUNDO DE PENSÃO MULTINSTITUÍDO POR ASSOCIAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA JUSTIÇA — JUSPREV

Nome do Plano: PLANJUS

Data Base da Avaliação: 31/12/2016

Data do Cálculo: 31/12/2016

Conta	Descrição	Valor
2.3	Patrimônio Social	R\$ 143.675.706,43
2.3.1	Patrimônio de Cobertura do Plano	R\$ 143.593.677,06
2.3.1.1	Provisões Matemáticas	R\$ 143.593.677,06
2.3.1.1.01	Benefícios Concedidos	R\$ 1.142.743,03
2.3.1.1.01.01	Contribuição Definida	R\$ 1.142.743,03
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Contas dos Assistidos	R\$ 1.142.743,03
2.3.1.1.01.01.01.01	Saldo de Contas dos Assistidos — Aposentados	R\$ 539.546,64
2.3.1.1.01.01.01.02	Saldo de Contas dos Assistidos — Pensionistas tipo 1	R\$ 603.196,39
2.3.1.1.01.01.01.03	Saldo de Contas dos Assistidos — Pensionistas tipo 2	R\$ 0,00
2.3.1.1.02	Benefícios a Conceder	R\$ 142.450.934,03
2.3.1.1.02.01	Contribuição Definida	R\$ 142.450.934,03
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas — Patrocinador(es)/Instituidor(es)	R\$ 0,00
2.3.1.1.02.01.01.01	Saldo de Contas — Patrocinadora — Empregadores	R\$ 0,00
2.3.1.1.02.01.01.02	Saldo de Contas — Patrocinadora — Instituidores	R\$ 0,00
2.3.1.1.02.01.02.03	Saldo de Contas — Participantes — Cancelados Aguardando	R\$ 0,00
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas — Participantes	R\$ 142.450.934,03
2.3.1.1.02.01.02.01	Saldo de Contas — Participantes — Subconta Individual	R\$ 142.450.934,03
2.3.1.1.02.01.02.02	Saldo de Contas — Participantes — Cancelados Aguardando	R\$ 0,00
2.3.1.2	Equilíbrio Técnico	R\$ 0,00
2.3.1.2.01	Resultados Realizados	R\$ 0,00
2.3.1.2.01.01	Superávit Técnico Acumulado	R\$ 0,00
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	R\$ 0,00
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão do Plano	R\$ 0,00
2.3.1.2.01.02	(-) Déficit Técnico Acumulado	R\$ 0,00
2.3.2	Fundos	R\$ 82.029,37
2.3.2.1	Fundos Previdenciais	R\$ 0,00
2.3.2.2	Fundos Administrativos	R\$ 82.029,37
2.3.2.3	Fundos Dos Investimentos	R\$ 0,00

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

AOS

ADMINISTRADORES, CONSELHEIROS, PARTICIPANTES E PATROCINADORES DO
FUNDO DE PENSÃO MULTINSTITUÍDO POR ASSOCIAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA JUSTIÇA — JUSPREV
CURITIBA—PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Fundo de Pensão Multinstituído por Associações do Ministério Público e da Justiça — JUSPREV (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Pensão Multinstituído por Associações do Ministério Público e da Justiça — JUSPREV, em 31 de dezembro de 2016, e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar — CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

(DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015)

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 apresentados para fins de comparação foram auditadas por outros auditores independentes, com emissão do relatório datado de 15 de março de 2016, o qual evidenciou o seguinte parágrafo de ênfase:

“Conforme mencionado na nota explicativa nº 6.1.3, o ajuste de precificação dos Títulos Públicos Federais previsto na Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2015, Instrução MPS/PREVIC/DC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015 e Portaria PREVIC nº 708, de 22 de dezembro de 2015 não se aplica ao Plano do Fundo por ser plano de Contribuição Definida, e como tal, não apresentou superávit ou déficit. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.”

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as

eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza rele-

vante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 14 de março de 2017.

JAIMIR BIFF

Contador CRC (SC) nº 017.155/O-7

VOX AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC (SC) nº 008488/O-5

CVM nº 1195-9

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Membros do Conselho Fiscal do Fundo de Pensão Multinstituído por Associações do Ministério Público e da Justiça — JUSPREV, no cumprimento de suas atribuições estatutárias, depois de terem examinado o Balanço Patrimonial Consolidado — BP, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, a Demonstração da Mutação do Ativo Líquido — DMAL por plano de benefício previdencial, a Demonstração do ativo líquido — DAL por plano de benefício previdencial, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa — DPGA (consolidada), a Demonstração da Provisões Técnicas do Plano de Benefícios, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis consolidadas, o Parecer do Atuário e o Parecer dos Auditores Independentes, todos relativos ao exercício de 2016, são de opinião de que tais documentos merecem aprovação.

Curitiba, PR, 17 de março de 2017.

JULIO CESAR ZEM CARDOZO
Presidente

FABIO COSTA GONZAGA
LUIZA HELENA NICKEL
Conselheiros Efetivos

FÁBIO AGUIAR MUNHOZ SOARES
LUIZ FELIPE DE MIRANDA CHEIB
WANDERLEI CARVALHO DA SILVA
Conselheiros Suplentes

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os Membros do Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão Multinstituído por Associações do Ministério Público e da Justiça — JUSPREV, no cumprimento de suas atribuições estatutárias, depois de terem examinado o Balanço Patrimonial Consolidado — BP, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, a Demonstração da Mutação do Ativo Líquido — DMAL por plano de benefício previdencial, a Demonstração do ativo líquido — DAL por plano de benefício previdencial, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa — DPGA (consolidada), a Demonstração da Provisões Técnicas do Plano de Benefícios, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis consolidadas, o Parecer do Atuário e o Parecer dos Auditores Independentes, todos relativos ao exercício de 2016, e acatando o parecer do Conselho Fiscal, manifestam a sua opinião de que tais documentos merecem aprovação.

Curitiba, PR, 17 de março de 2017.

LUIZ ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO
Presidente

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE
Vice-Presidente

ALCINO OLIVEIRA DE MORAES
PAULO MARCO FERREIRA LIMA
ANTONIO PIMENTA GONÇALVES
SANDRO LOUREIRO MARONES
Conselheiros Efetivos

CARLOS EDUARDO DE AZEVEDO LIMA
FLODESMIDT RIANI
GILDENOR EUDÓCIO DE ARAÚJO PIRES
LAERZIO CHIESORIN JUNIOR
VERA GRACE PARANAGUÁ CUNHA
VIRGÍLIO PANAGIOTIS STAVRIDIS
Conselheiros Suplentes

ORGÃOS ESTATUTÁRIOS

São órgãos estatutários da JUSPREV o Colégio de Instituidoras, o Conselho Deliberativo, a Diretoria Executiva, o Comitê de Investimentos e o Conselho Fiscal. Cada órgão exerce seu papel no âmbito de suas atribuições, previstas no Estatuto da Entidade.

Diretoria Executiva

MARIA TEREZA UILLE GOMES

Diretora-Presidente

JAIR EDUARDO SANTANA

Diretor Administrativo-Financeiro

MARCIO HUMBERTO GHELLER

Diretor Jurídico e de Benefícios

ANTONIA LÉLIA NEVES SANCHES

Coordenadora Nacional da Comissão
de Relações Institucionais

Conselho Deliberativo

LUIZ ANTÔNIO FERREIRA ARAÚJO

Presidente

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

Vice-presidente

ALCINO OLIVEIRA DE MORAES

ANTONIO PIMENTA GONÇALVES

PAULO MARCO FERREIRA LIMA

SANDRO LOUREIRO MARONES

Conselheiros Efetivos

CARLOS EDUARDO DE AZEVEDO LIMA

FLODESMIDT RIANI

GILDENOR EUDÓCIO DE ARAÚJO PIRES

LAERZIO CHIESORIN JUNIOR

VERA GRACE PARANAGUÁ CUNHA

VIRGÍLIO PANAGIOTIS STAVRIDIS

Conselheiros Suplentes

Conselho Fiscal

JULIO CESAR ZEM CARDOZO

Presidente

FABIO COSTA GONZAGA

LUIZA HELENA NICKEL

Conselheiros Efetivos

FÁBIO AGUIAR MUNHOZ SOARES

LUIZ FELIPE DE MIRANDA CHEIB

WANDERLEI CARVALHO DA SILVA

Conselheiros Suplentes

Comitê de Investimentos

FABIO BERTOLI ESMANHOTTO

Presidente

FELIPE LOCKE CAVALCANTI

FRANCISCO BORGES FERREIRA NETO

GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS JUNIOR

MARCO AURELIO MONTEIRO TUOTO

MAURÍCIO TREVISAN

MIGUEL ARCANJO SIMAS NÔVO

WILLIAN LIRA DE SOUZA

Membros

COLÉGIO DAS INSTITUÍDORAS



